



Richa

Richa traz crítica de empresários

Lideranças empresariais importantes de São Paulo manifestaram desagrado para o senador José Richa pelo comportamento radical adotado pelo Centrão, que preferiu adiar deliberadamente o processo de elaboração da nova Constituição para servir aos interesses do Palácio do Planalto, que assim desejaria inviabilizar a ideia de eleição direta para Presidente em 1988.

Os empresários paulistas, segundo o senador José Richa, estão convencidos de que a Constituinte deveria apressar o seu trabalho a fim de que haja uma definição sobre os pontos mais importantes em debate. A radicalização levou o Centrão a atrasar os trabalhos da Constituinte e, portanto, essas definições, na ótica dos empresários, segundo alguns deles revelaram ao senador paranaense.

DESGASTE

O ex-governador do Paraná também recolhe a impressão de que o Centrão está desgastado perante a opinião pública, aparecendo aos olhos do povo como um núcleo ultradonservador, que se organizou para deter qualquer avanço social obtido no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Richa anunciou que a proposta de implantação do parlamentarismo no Brasil 45 dias depois da promulgação da nova Carta constitucional já conta com 295 assinaturas, mais do que a maioria absoluta da Constituinte.

Grupos tentam hoje entendimento final

O conceito de empresa nacional e o grau de intervenção do Estado na economia impediram que a proposta do Grupo dos 32 para um acordo em torno dos pontos polêmicos da Constituinte fossem divulgados ontem. Os acertos na Ordem Econômica devem ser finalizados hoje pela manhã e o Hércules IV, como foi batizada a proposta, poderá ser publicado no final da tarde. O texto acertado entre líderes dos 32, do Centrão e do Grupo do Entendimento flexibiliza os temas polêmicos e poderá ser aproveitado pelo plenário da Constituinte.

Apesar de envolver um grande número de parlamentares, as negociações para o acordo têm sido vistas com desconfiança por alguns membros do Centrão. O deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), por exemplo, considera que as articulações não levaram em consideração as opiniões do Centrão sobre os itens polêmicos, aproveitando somente posturas isoladas dentro do grupo. Apesar disso, o trabalho dos 32 deverá ser analisado pelas lideranças, tão logo seja apresentado.

Um dos articuladores dos 32, o senador Virgílio Távora (PDS-CE), no entanto, garante que o trabalho representa as posições de uma grande maioria — "nós não queremos bater forcas com ninguém. O fato é que o primeiro trabalho do grupo — o Hércules I — foi aproveitado em cerca de 77% para a confecção do primeiro texto do relator Bernardo Cabral. O Hércules II teve um índice de aproveitamento ainda maior — cerca de 80% dele foi transcrito no segundo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização — garante Távora, que acredita que o mesmo acontecerá em relação ao projeto Hércules IV.

POLEMICA

O que ainda emperra o entendimento, mas poderá ser superada hoje, é a questão da definição de empresa nacional — o grupo tem consciência de que sem um "abrandamento" do texto não haverá possibilidade de um acordo. O abrandamento, no caso, seria ampliar as possibilidades de participação do capital estrangeiro em empresas nacionais.

A questão da intervenção do Estado na economia também será revista, já que o Centrão quer também maior flexibilidade para a empresa.

No que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, o entendimento já está quase acordado e se fará em torno de um acerto de redação que em pouco mudará o mérito da estabilidade. A mudança básica em relação ao projeto saiu da Comissão de Sistematização e que sai a expressão "emprego garantido contra a demissão imotivada" para "relação de emprego garantida". As negociações em torno deste ponto não avançaram ontem, mas não deverá haver problemas, segundo a deputada Sandra Cavalcanti.

O Grupo dos 32 se reúne hoje pela manhã para arrematar sua proposta. As conversas com outros grupos serão feitas no decorrer do dia e poderão gerar, segundo expectativa dos líderes dos 32, um entendimento que permita pôr fim à verdadeira novela em que se transformou a mudança do Regimento Interno da Constituinte.

Começou com Frankenstein

Quando assumiu a relatoria da Comissão de Organização do Estado, o senador José Richa (PMDB-PR) recomendou à sua equipe de assessores que procurasse, através do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen — reunir os projetos das três subcomissões que deram origem à comissão sob sua responsabilidade. Ele desejava ter uma visão global das propostas, que lhe foram enviadas, de modo que ficasse facilitado o trabalho de confecção de um relatório final para votação pelos membros da comissão. O trabalho resultante disto seria, mas tarde, a semente para o método adotado pelo Grupo dos 32, que o senador veio a liderar.

Terminado o processo das oito comissões temá-

ticas — cujo resultado foi um calhamaço de mais de 400 artigos, no início de junho — 32 parlamentares se reuniram, à frente deles o senador paranaense com representantes de praticamente todos os partidos, discutiram uma maneira de subsidiar a Comissão de Sistematização, facilitando o trabalho do relator Bernardo Cabral e fornecendo textos que representassem o consenso de opiniões dentro do grupo mais moderado da Constituinte. O método utilizado pelo senador Richa na Organização do Estado voltou a ser usado.

No dia 26 de junho saiu o primeiro projeto do grupo — batizado de Frankenstein, pois era resultado de uma coletânea de monstruosidades que, depois de muita conversação, voltou para o com-

putador, para novas adaptações. O segundo texto produzido foi batizado, muito adequadamente, de Tântalo, o personagem da mitologia grega que apesar de todos os esforços, jamais conseguiu alcançar seu objetivo. O Tântalo durou pouco. Dias depois, o Grupo dos 32 transformou-se no Icaro, uma nova versão do projeto, desta vez batizado com o nome de personagem que, querendo alcançar o sol, viu seus esforços frustrados pela ação do calor do astro que queria atingir, que fez derroter suas fráguas asas de cera.

O primeiro projeto com grande aproveitamento pela Sistematização foi o Hércules que teve seu nome escolhido em função do esforço que envolveu e vem ganhando novas versões desde então.

Consenso pode vir com um novo texto

JOAO BITTAR/ANGULAR



Hadba quer verba pública para medicina privada

Médico não pode ser estatizado, diz dirigente

Da Sucursal

São Paulo — O texto do substitutivo de Bernardo Cabral não só permite a estatização da saúde como, pior, estatizará o próprio médico. A advertência é de Assaf Hadba, diretor da Associação Paulista de Medicina entre 1977 e 1987 e presidente da Comissão de Ética da Associação Médica Brasileira nos últimos quatro anos.

A aprovação do texto, sem alterações no plenário, poderá decretar a médio prazo, a desqualificação da medicina brasileira. Ele lembra essa preocupação justificando que a iniciativa privada contribui, via impostos, com o sistema público de saúde, dotando-o de recursos. Além disso, atende, através de convênios, uma considerável parcela da população que a rede oficial não tem condições de tratar. "É uma aberração dizer que os recursos públicos não poderão ser dados à iniciativa privada, que é quem paga impostos", protesta o cirurgião proctologista Hadba, que é também presidente da Comissão de Defesa de Classe da Sociedade Brasileira de Coloproctologia.

Através de cartas aos constituintes, Hadba engrossa a campanha que tenta reverter a situação no plenário da constituinte. Sua primeira sugestão é que no artigo 233, que define a formação de um siste-

O Grupo do Entendimento, batizado pelos próprios constituintes de Centrão, reuniu-se ontem pela manhã a fim de dar início a uma estratégia de negociação junto às diferentes correntes políticas representadas na Assembléia Nacional. Com o aval do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), o objetivo do Grupo, na realidade, é deslocar o eixo da maioria aglutinada hoje no Centrão, o que vem impedindo uma solução de consenso para que se inicie a votação das matérias constitucionais pelo Plenário.

Desde a criação do Grupo, o Centrão, que alardeava uma maioria de 324 constituintes, está perdendo terreno. Vários centristas já foram contactados pela coordenação do Centrão e passaram a engrossar a fileira do Grupo do Entendimento. Um desses exemplos é o deputado e ex-ministro Joaquim Francisco (PFL-PE) que assinou a lista de adesão do Centrão. Mas, para a definição da estratégia de votação dos temas polêmicos, o deputado acredita que o Grupo de Entendimento representará a vontade da maioria.

Durante a reunião de ontem pela manhã, os constituintes do Grupo do Entendimento decidiram como deverão atuar a partir de agora. Na impossibilidade de interferir no processo de votação do Regimento Interno da Constituinte, o Grupo se ocupará, exclusivamente, na busca de alternativas políticas para a aprovação dos temas de maior controvérsia.

Nas contas dos coordenadores do Centrão, atualmente o Grupo do Entendimento já tem 100 constituintes listados. Esse número, no entanto, tende a aumentar nas próximas semanas.

A expectativa é de que, com o reinício dos trabalhos da Constituinte em janeiro, o Centrão já tenha arregimentado os 280 votos necessários para aprovação das emendas mais polêmicas.

Para facilitar o esquema de identificação das posições comuns entre as diferentes correntes políticas no Congresso, o Centrão dividiu seus integrantes em seis grupos de trabalho: Direitos Sociais, Ordem Econômica e Financeira, Educação, Saúde, Previdência e Disposições Transitórias. Os grupos tentarão contactar todas as tendências políticas, da esquerda à direita, a respeito desses temas constitucionais, numa tentativa de obter um acordo prévio entre os parlamentares. Identificadas as diferenças ideológicas, o Centrão passará para a fase de fatura das emendas que poderão ser coletivas ou não.

Uma reforma que se torna indispensável

PEDRO DO COUTTO

Na etapa definitiva da Constituição, em plenário, fase que agora se inicia depois de implantado o novo Regimento Interno, vários dispositivos aprovados pela Comissão de Sistematização terão que ser alterados, não apenas por força da maioria parlamentar que se estabelecer, mas principalmente por uma simples questão de bom senso. Veja-se, por exemplo, o caso da aposentadoria integral. Ela é legítima, claro. Mas tem que ficar condicionada à contribuição dos segurados, no caso dos trabalhadores. Hoje, o teto para contribuição é de 45 mil cruzeiros. Ou seja, o máximo que alguém desconta para a Previdência Social é 10 por cento sobre 45 mil, mesmo que seu salário seja digamos, de 100 mil cruzeiros mensais. Ora, não é possível querer-se que alguém pague um seguro social (a aposentadoria é um seguro social) sobre 45 mil e no momento em que se apresenta venha a receber 100 mil. Isso não existe. Tal sistema levaria a Previdência Social à falência em seis meses. Inclusive porque a aposentadoria integral acarretaria, de imediato, milhões de aposentadorias novas. Por que, afinal, alguém continuaria trabalhando se na inatividade recebe a mesma coisa? Os integrantes da Comissão de Sistematização não pensaram nisso. Assim, esqueceram de condicionar a aposentadoria integral à contribuição também integral. E simples: quem ganha 100 mil, deve, na realidade, pagar 10 mil cruzeiros por mês à Previdência. A partir daí, é que se poderá discutir a questão.

Outro ponto que tem que ser mudado é o que prevê a municipalização dos serviços de assistência e desenvolvimento social, a cargo da LBA. O artigo 29 das Disposições Transitórias chega ao ponto de prever a transferência dos servidores e dos imóveis da Legião Brasileira de Assistência (que é a maior agência social do governo) para os municípios. Mas como pode ser feito isso? Quem paga os servidores? Quem garante seus direitos, como adicionais e FGTS? Além do mais, a LBA ainda não está presente em todos os municípios brasileiros. Naqueles em que não se encontra, opera através de convênios. Como também atua através de convênios nos municípios onde também possui instalações. Quem manteria tais convênios? São cerca de 10 mil, em todo o País.

Os deputados da Comissão de Sistematização que aprovaram a hipótese da transferência, contra a qual, inclusive, já investiam o presidente da LBA, Marcos Vileça, e o próprio presidente Sarney, esqueceram que, atomizando e diluindo o atendimento social, em pouco tempo dele quase nada sobrar. Sobre tudo porque não poderia haver uma política uniforme que, respeitando as condições estaduais e locais, no fundo é a que fornece recursos financeiros para toda a execução dos serviços dessa natureza. Só em creches, a rede da LBA mantém 2 milhões de crianças. A municipalização, que é impossível administrativamente, sob a ótica política prejudicaria enormemente os senadores e deputados. Pois se os prefeitos absorvessem os serviços sociais, não precisariam dos parlamentares federais para nada junto à LBA, por exemplo. A municipalização tampouco interessaria aos governadores, já que a entrega dos serviços aos prefeitos reduziria a influência deles, governando-

Como se observa, portanto, a Sistematização votou dispositivos inextinguíveis. E, portanto, o plenário terá que alterá-los. Como terá que alterar o parlamentarismo e garantir o presidencialismo, pois milhões de pessoas não foram às ruas das principais cidades do País, no final de 84, para lutar pelo direito de eleger um presidente parlamentarista. Além do que, nenhum deputado ou senador fez sua campanha dizendo que, eleito, defenderia a mudança do regime. Não têm os constituintes, portanto, legitimidade para implantar parlamentarismo algum. A estabilidade no emprego necessita de complementação, pois como se encontra redigida é um absurdo total. Ela garante direitos sem contrapartida de deveres. A meu ver, deve ser mantida a estabilidade, mas prevendo-se casos em que a demissão de pessoas se impõe. Um deles é de ineficiência ou desinteresse comprovados. A Constituinte vai entrar em sua fase decisiva. A que vale, de fato. E nela terá que começar por uma reforma, não só constitucional, como o País espera, mas do próprio trabalho da Comissão de Sistematização.